

Criação de fundo regional pode pôr fim à guerra fiscal já no próximo ano

Página 7



Aprovado em primeiro turno projeto que amplia base de tributação dos municípios

Página 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.840 – Brasília, quinta-feira, 4 de dezembro de 2003

Comissão de Justiça mantém o referendo sobre venda de armas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer do senador César Borges ao projeto que institui o Estatuto do Desarmamento. Também foi garantida urgência à proposta, que deverá ser votada em Plenário na terça-feira. César Borges manteve a

Projeto já aprovado na Câmara dos Deputados ganhou urgência e deverá ser votado no Plenário do Senado na terça-feira

realização de referendo, em outubro de 2005, para que a população diga se concorda com a proibição do comércio de arma de fogo. Conforme o estatuto, o cidadão comum que for pego com arma, sem ter o porte, será preso, e não terá direito ao pagamento de fiança.

Página 3

Audiência da CCJ discute orçamento impositivo

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o orçamento impositivo no país foi discutida ontem em uma audiência realizada na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com dois secretários do governo.

Para João Bringel, secretário de Orçamento Federal, o Executivo possui uma pequena margem de atuação sobre o Orçamento. O debate dividiu os senadores.

Página 4

José Cruz



DIREITO AUTORAL CDs piratas apreendidos são destruídos por trator em frente ao prédio do Congresso

Funcionários da ativa poderão ter paridade após 20 anos

O governo concordou em reduzir, para 20 anos, o tempo mínimo de serviço público que os atuais funcionários terão que cumprir para ter direito à paridade com os servidores da ativa.

Página 8

Especialistas defendem pesquisa com transgênicos

Pesquisadores ouvidos ontem por duas comissões do Senado defenderam a manutenção de pesquisas com transgênicos no país. Para eles, Brasil deve dominar a tecnologia.

Página 5



COMBATE À PIRATARIA

Milhares de CDs piratas foram destruídos ontem em frente ao Congresso. A iniciativa fez parte da solenidade, no Salão Nobre, que

instituiu a data de 30 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria. José Sarney, presidente do Senado, participou do ato.

Página 8

Ideli anuncia rigor contra escândalo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comentou, em Plenário, matérias publicadas no *Jornal do Brasil* e em *O Globo*, das jornalistas Dora Kramer e Teresa Cruvinel, respectivamente, sobre o aumento das ações da Polícia Federal no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ela disse que, se for comprovada a participação do governador petista de Roraima, Flamarion Portela, no desvio de dinheiro público, ele será punido.

– O PT não vai jogar fora todo esse trabalho de combate à corrupção. Quem teve a coragem de prender ex-governador, ex-deputado, juiz e funcionários graduados não vai recuar em punir quem quer que seja. Mesmo se for recém-filiado ao PT. Estamos convencidos de que se houver indício, terá investigação; se houver provas, haverá punição – afirmou.

Ela lamentou que a oposição não reconheça o trabalho que o governo vem fazendo de combate à corrupção. “Os que criticam hoje são os mesmos que comandaram a Polícia Federal e o Ministério da Justiça nos últimos anos e não investigaram as irregularidades ocorridas em Roraima”, disse.



JUSTIÇA Segundo Ideli, governador de Roraima será punido se for provada a culpa

Agenda

Plenário vota empréstimo para prefeitura de São Paulo

Divulgação



A sessão de hoje, com início às 14h30, vota projeto (PR nº 68/03) que autoriza a prefeitura de São Paulo a adquirir empréstimo no valor de US\$ 100,4 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A verba é

destinada ao Programa de Reabilitação da Área Central do município (Procentro). Às 12h, haverá sessão do Congresso Nacional no Plenário do Senado para a votação de projetos de créditos suplementares.

Seminário sobre igualdade entre mulheres e homens

Às 9h, no Interlegis, será aberto o seminário “A Construção da Igualdade entre Mulheres e Homens”, com a presença da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e das ministras da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Emília Fernandes, e da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. O seminário será exibido em videoconferência para as assembleias legislativas.

Comissão do Mercosul discute plebiscito sobre Alca

A Comissão Conjunta do Mercosul discute, às 9h, o relatório ao projeto (PDL nº 71/01) do senador Roberto Saturnino que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas



(Alca) pelo prazo de 20 anos. Também será discutido e votado relatório à mensagem do Poder Executivo que trata do acordo entre os governos do Brasil e da Argentina para combater o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas.

Subcomissão das Agências Reguladoras debate telefonia

Às 10h, a Subcomissão das Agências Reguladoras discute a implementação de metas por empresas de telefonia fixa. Participarão o ministro das Comunicações, Miro Teixeira; o presidente da Agência Nacional

de Telecomunicações, Luiz Schymura; e representantes das empresas de telefonia. No mesmo horário, a Comissão de Justiça (CCJ) analisa a proposta paralela sobre a Previdência (PEC nº 77/03).

Comissão lança Relatório Social Watch Brasil

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza hoje, às 10h, audiência pública para o lançamento do “Relatório Social Watch Brasil 2003”. O documento busca o acompanhamento e monitoramento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro no âmbito das conferências do Ciclo Social das Nações Unidas. Entre os convidados, estão o ministro do Conselho Econômico e Social, Tarso Genro (foto), e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Ibase, Ricardo Cardim de Carvalho.



Biossegurança e transgênicos

As Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam segunda reunião conjunta, às 10h, para discutir biossegurança e transgênicos. Entre os participantes, o professor Ernesto Paterniani, da USP, e os pesquisadores Francisco Aragão, da Embrapa, e Robinson Pitelli, da Unesp.

Créditos suplementares

Reúne-se hoje, às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para votar projetos de créditos suplementares para ministérios, oito avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos e quatro requerimentos de parlamentares solicitando audiências públicas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Finheiro

PUNIÇÃO Para Fátima Cleide, governo de Rondônia se rende a operação criminosa

Fátima Cleide denuncia crime organizado

A ação do crime organizado em Rondônia foi denunciada, em Plenário, por Fátima Cleide (PT-RO). Segundo ela, a operação “está colocando de joelhos” o governador Ivo Cassol, a assembleia legislativa e até o Tribunal de Justiça do estado.

– Está havendo uma operação criminosa destinada a calar a todos e aprovar o nome de Natanael Silva para o cargo vitalício de conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia.

A senadora citou uma lista de crimes de Natanael Silva, entre eles estelionato, sonegação fiscal, corrupção ativa, improbidade administrativa e desvio de recursos públicos. Ela observou que embora algumas dessas ações contra Natanael não tenham sido transitadas em julgado, “os requisitos de reputação ilibada e idoneidade moral exigidos para o cargo não estão sendo atendidos”.

Fátima Cleide afirmou que dirigentes do PT, e ela própria, estão sofrendo ameaças de morte por terem ajuizado ação popular contra a nomeação de Natanael. A senadora também denunciou ameaças de que a máquina do Tribunal de Contas se voltará contra as seis prefeituras administradas pelo PT, caso a ação não seja retirada.

Segundo Fátima Cleide, a operação Anaconda, “que está realizando uma limpeza institucional em São Paulo, precisa chegar até Rondônia para estancar o poder desse grupo de deputados e desembargadores que vem controlando a vida pública do estado, com o objetivo de pilhagem e arrivismo”. A senadora sugeriu o nome de Candiru para possível operação federal em Rondônia.

– Não podemos aceitar essa relação promíscua entre parte da assembleia legislativa e do Poder Judiciário estadual e não vamos nos calar – assegurou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

DESARMAMENTO O projeto de lei será votado no Plenário do Senado na próxima terça-feira. CCJ manteve no texto o referendo que vai decidir a proibição de venda de armas de fogo e munição no país

Comissão aprova urgência para estatuto

Já está em regime de urgência e com votação prevista em Plenário para a próxima terça-feira o substitutivo da Câmara ao projeto do Senado (PLS 292/99) que institui o chamado Estatuto do Desarmamento. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, o parecer do relator César Borges (PFL-BA) ao projeto do senador Gerson Camata (sem partido-ES). Requerimento de urgência também foi apresentado pelo relator.

Caso seja aprovado em Plenário, o projeto não precisará retornar à Câmara, podendo ser sancionado pelo presidente da República ainda este ano, como informou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

César Borges manteve no texto a realização de referendo – consulta popular – em outubro de 2005, para que a população decida se concorda ou não com a proibição da comercialização de arma de fogo e de munição



APROVAÇÃO Os senadores César Borges (E) e Demostenes Torres, durante a reunião da CCJ que manteve a consulta popular para 2005

no país. Apenas depois dos resultados, emitidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (que realizará o referendo), tal dispositivo poderá entrar em vigor, caso aprovado.

O estatuto proíbe o cidadão comum de portar armas de fogo, estabelecendo que apenas os profissionais ligados à segurança – integrantes das Forças Armadas, guardas municipais, agentes dos órgãos de inteligência, agentes policiais e

prisionais e funcionários de empresas de segurança privada e de transporte –, além dos praticantes de esportes de tiro ao alvo, terão o direito de portar armas de fogo.

Quem desrespeitar a lei e for pego com arma leve nas ruas, sem possuir porte, será preso, sem direito ao pagamento de fiança. Se condenado, ficará detido por dois a quatro anos e ainda poderá pagar multa. O cidadão habilitado a ter esse tipo de

arma poderá fazê-lo, desde que a mantenha em casa.

Outro mecanismo da proposta é a criação de um cadastro geral, coordenado pelo Sistema Nacional de Armas (Sinarm), que cuidará da identificação das armas, de seus respectivos proprietários e do controle dos portes expedidos pela Polícia Federal em todo o território nacional.

O relator retirou do texto da Câmara a permissão de porte de armas para os órgãos públicos com competência de polícia, de proteção à infância e juventude e os de fiscalização ambiental, trabalhista e tributária. Ele disse que esses profissionais não detêm alto nível de especialização para o manuseio de armas.

Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu que os municípios com população acima de 50 mil habitantes pudessem dispor de guardas municipais armadas. No estatuto, ficou definido o número mínimo de 250 mil habitantes.

Projeto cria cadastro geral de armas de fogo

Além da proibição de o cidadão comum portar armas de fogo, o Estatuto do Desarmamento define outras alterações relacionadas com a fabricação, o registro, o uso e o transporte das armas e munições. A proposta ainda depende de avaliação do Plenário e da sanção presidencial para surtir efeitos práticos. Veja os principais pontos da proposta.

Registro de armas – será criado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), gerido pela Polícia Federal (PF), para cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país. Também cuidará das transferências de propriedade, do extravio e das alterações cadastrais, inclusive do fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Quem pode portar armas – os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e dos municípios com mais de 500 mil habitantes, as guardas municipais dos municípios entre 250 mil e menos de 500 mil habitantes (estes só em serviço), agentes da Agência Brasileira de Inteligên-



APOIO A votação do projeto do estatuto na CCJ foi acompanhada ontem por membros de entidades que apóiam o desarmamento da população

cia (Abin) e da Segurança da Presidência da República, todos os órgãos policiais, agentes e guardas prisionais, de escolta de presos, guardas portuários, agentes de empresas de segurança privada e de transporte de valores, os praticantes de esportes com uso de armas de fogo e os colecionadores. Os

registros para atiradores, caçadores, colecionadores, integrantes da PF, magistrados e membros do Ministério Público ficarão a cargo do Comando do Exército. Os residentes de áreas rurais que comprovarem a necessidade da arma para sustento da família poderão ter o porte de armas na categoria

caçador.

Quem pode possuir armas – não poderão adquirir armas os menores de 25 anos, com exceção daqueles a quem já é permitido o porte. Para ter armas e guardá-las em casa, o cidadão deverá ser idôneo, provar necessidade e comprovar capacidade técnica e psicológica e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Penas e multas – o tráfico internacional de armas terá pena de quatro a dez anos de reclusão, e o comércio ilegal terá de quatro a oito anos, sendo aumentada pela metade a pena se a arma for de uso proibido ou restrito. Os integrantes das organizações que podem ter porte de armas também terão pena aumentada pela metade, desde que condenados pelos mesmos crimes.

As autorizações já expedidas de porte de armas expiram 90 dias após a publicação da lei. Também serão proibidas a fabricação e a venda de brinquedos que simulem armas de fogo.

GERSON CAMATA



O estatuto é um avanço e está sendo esperado pela sociedade. Ele permite ao Judiciário desarmar as pessoas

RENAN CALHEIROS



O Senado deu uma resposta em sintonia com o mundo, mas país ainda tem muitas mortes por armas de fogo

ALOIZIO MERCADANTE



Disse acreditar que o estatuto vai ter um papel decisivo para estimular a tolerância entre as pessoas

JEFFERSON PÉRES



Sugeriu que os municípios com população acima de 50 mil habitantes pudessem dispor de guardas armados

TASSO JEREISSATI



Pediu urgência para a finalização do exame da matéria, a fim de municiar logo a sociedade com esse instrumento

LUIZ OTÁVIO



"A aprovação do estatuto condenou o lobby do armamento, que tenta seduzir os parlamentares e a sociedade"

ALVARO DIAS



Aplaudiu a aprovação, porém afirmou temer o excesso de expectativa que foi criado pelo novo estatuto

Município pode negociar dívida ativa com bancos

Os municípios poderão ceder a instituições financeiras a cobrança de sua dívida ativa consolidada, mediante o recebimento em troca de antecipação de 30% do valor de face desses créditos. Isso é o que estabelece projeto (PR nº 57/03) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que teve parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria será agora avaliada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, de acordo com seu autor, a intenção é que seja aprovada até o final do ano, para beneficiar as prefeituras em dificuldades.

A CCJ também aprovou parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a requerimento de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que pede informações sobre operações do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). O requerimento, endereçado ao ministro da Fazenda, solicita dados sobre processos de auditoria realizados pelo Banco Central sobre possíveis operações irregulares do Besc.

Prorrogação do Fundef passa na CCJ

Em votação unânime, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador José Jorge (PFL-PE), com substitutivo, à proposta de emenda constitucional (PEC nº 29/02) do ex-senador Francisco Escórcio que duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Com aprovação do Plenário e da Câmara, o fundo será prorrogado para até o final do exercício de 2016, com vigência de 20 anos.

O relator explicou que a prorrogação é necessária porque, de acordo com avaliações realizadas, o avanço no rendimento escolar, especialmente no ensino fundamental, ainda é insatisfatório. Segundo ele, a reversão desse quadro só acontecerá a longo prazo.

— Os efeitos positivos do Fundef são amplamente reconhecidos. Contudo, o trabalho de elevar a qualidade de ensino ainda se encontra no começo — disse José Jorge.

ORÇAMENTO

Em debate ontem na CCJ, secretários do Orçamento Federal e do Tesouro Nacional afirmam que lei orçamentária já tem caráter impositivo

Governo tem pouco poder sobre recursos, diz secretário

O Orçamento Geral da União, na avaliação do governo, já possui um caráter impositivo, pela estreita margem de recursos sobre os quais o Executivo tem poder de decisão. A opinião foi manifestada ontem, em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pelo secretário do Orçamento Federal, João Bernardo de Azevedo Bringel. Ele informou que as receitas desvinculadas correspondem a apenas 18% do total orçado, sendo que o restante já tem destinação específica.

Além do excesso de vinculações, o titular da secretaria comparou o volume das despesas obrigatórias com as chamadas despesas discricionárias, em que o governo pode definir prioridades de aplicação. “O conjunto das obrigatórias representa cinco vezes o valor das discricionárias”, afirmou. De um total de R\$ 360 bilhões, observou, o governo só pode deliberar sobre a parcela correspondente a R\$ 60 bilhões. E mesmo assim, segundo Bringel, estão dentro desse valor cerca de R\$ 24 bilhões direcionados para a Saúde, em função da Emenda Constitucional nº 29.

ACM: depoentes não responderam a indagações

O senador Antonio Carlos Magalhães avaliou que a audiência com os secretários do Tesouro Nacional e do Orçamento Federal, ontem na CCJ, em nada contribuiu para se avançar na discussão da proposta de sua autoria, que transforma a natureza da lei orçamentária de autorizativa em impositiva.

O senador lembrou que a iniciativa da audiência foi do próprio governo e pediu para constar em ata que os depoentes não responderam a suas indagações.

— Sei que os senhores não são corruptos, mas estão ajudando a corrupção — protestou, referindo-se ao contingenciamento e à negociação para liberação de emendas parlamentares.

Antonio Carlos achou “ridículo” que o orçamento imposi-



POLÊMICA Sob a presidência de Edison Lobão, senadores debateram com os secretários João Bernardo Bringel (C) e Joaquim Ferreira Levy

Na audiência pública, Bringel e o secretário do Tesouro Nacional (STN), Joaquim Ferreira Levy, informaram que o governo está estudando como funciona o orçamento impositivo em vários países, para formular sugestões que auxiliem nos debates em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 22/00, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Bringel disse, em resposta ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que já foram analisadas experiências de 12 a 14 países, incluindo Canadá e Nova Zelândia. “A

estabilidade orçamentária é muito importante para garantir avanços à nação”, afirmou, lembrando aos senadores que é preciso regulamentar a lei de finanças públicas.

A experiência da França foi destacada pelo secretário do Tesouro Nacional, em resposta ao relator da PEC, senador César Borges (PFL-BA). Levy relatou que a legislação francesa vem dando maior liberdade para o Executivo alocar recursos. “Ao contrário do que ocorre no Brasil, existe um movimento de flexibilização”, ressaltou.



MODELO Bahia deu exemplo de responsabilidade fiscal, afirma ACM

tivo comece pelos estados, como propôs o secretário do Tesouro. Mas disse que aceita que o processo seja simultâneo nas várias esferas de governo. O senador também rebateu o que considerou uma “ironia” de Levy, que afirmou acreditar

no sucesso do orçamento impositivo nos estados se ele começasse pela Bahia.

— O estado deu exemplo em matéria de responsabilidade fiscal. Se o senhor ironizou, o senhor acertou — completou.

Para o relator, senador César Borges, o processo atual lança suspeição sobre o Legislativo e o Executivo, e induz ao desvio e ao desperdício dos recursos públicos porque há obras que demoram “dezenas de anos” para serem concluídas. Na sua avaliação, o represamento de gastos públicos por meio de contingenciamento causa “um sentimento de frustração” nos parlamentares que dedicam boa parte de seu tempo para construir o orçamento.

Para César Borges, o desejo de um orçamento impositivo compromete o Legislativo a elaborar uma proposta exequível.

Ana Júlia defende maior controle social

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que é preciso desmistificar a avaliação de que o orçamento impositivo irá acabar com a corrupção, pois já existem as vinculações constitucionais. Na sua visão, a corrupção só será efetivamente combatida quanto mais aperfeiçoado for o controle social sobre a execução orçamentária. Defendeu, para tanto, mecanismos como orçamento participativo e comissão de fiscalização, com a população tendo acesso a editais e contratos. Para a senadora, onde as comunidades fiscalizam, o risco de corrupção diminui.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), que instituiu em seu estado, quando foi governador, um sistema de acompanhamento informatizado da execução orçamentária, admitiu que o processo atual do orçamento permite a existência de “gafanhotos”. Mas compartilhou da posição dos secretários do governo de que a maior parte do orçamento já é impositiva.

Compatibilidade

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse não entender que possa haver empecilho por parte do governo de implantar, em três anos, o orçamento impositivo. Na avaliação do senador, não há incompatibilidade entre orçamento impositivo e controle social, porque este último atuará na ponta da despesa, fiscalizando a execução das obras.

— O orçamento impositivo reduz o fisiologismo do Congresso e do Executivo, que para mim é corrupção — afirmou, contando que foi procurado por um “despachante” que se ofereceu para facilitar a liberação de verbas nos ministérios.

O senador Sérgio Cabral (PSDB-RJ) considerou que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) “é uma vergonha” por funcionar como um “cheque em branco” que o Congresso emitiu para o governo. Classificou a vinculação de receitas nas áreas de saúde e educação como uma conquista.

Os secretários do Tesouro Nacional, Joaquim Ferreira Levy, e do Orçamento Federal, João Bernardo Bringel, explicaram que não são contrários ao orçamento impositivo.

Roosevelt Pinheiro



EXPECTATIVA Segundo Magno Malta, medida atende pleito das entidades religiosas

Mudança no Código Civil beneficia igrejas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto da Câmara (PLC nº 634/03) que inclui no rol das pessoas de direito privado as entidades religiosas e os partidos políticos. O projeto recebeu parecer favorável do senador Magno Malta (PL-ES), que informou a grande expectativa das organizações religiosas pela decisão.

Na opinião do senador, a medida vai sanar defeito do novo Código Civil, que, ao definir categorias de pessoas jurídicas de direito privado, deixou de relacionar as entidades religiosas e os partidos políticos. Hoje, detalhou Magno, as igrejas podem ser constituídas sob a forma de fundações ou associações, mas deverão seguir regras rígidas a que estas estão submetidas, como, por exemplo, a fiscalização do Ministério Público.

– Tal situação representa verdadeira afronta aos ditames da Constituição federal, que consagra a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos. Além disso, é importante ressaltar que a Carta veda aos entes federados embarçar o funcionamento de qualquer culto religioso ou igreja.

Marcelo Crivella (PL-RJ) e Paulo Octávio (PFL-DF) destacaram a importância da medida prevista na proposta aprovada pela comissão.



PRECAUÇÃO Patrícia Saboya diz que pedidos para depor em sigilo são atendidos

Cientistas defendem pesquisa de transgênicos

Durante audiência, técnicos advertem que Brasil não pode ficar a reboque na biotecnologia

O governo deve se conscientizar da importância da pesquisa em biotecnologia e canalizar os recursos necessários para que o Brasil domine a tecnologia dos transgênicos e da biossegurança. Do contrário, o país poderá ficar a reboque nesse setor, que está em franca ascensão em todo o mundo.

Essa foi a conclusão a que chegaram pesquisadores e especialistas em biossegurança e em produtos geneticamente modificados durante audiência pública realizada ontem pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). Eles defenderam também a urgente aprovação, pelo Congresso, de uma lei sobre biossegurança e transgênicos.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que o debate em torno dos transgênicos não pode ser apenas uma bandeira política. O tema é complexo e precisa ser analisado em profundidade do ponto de vista técnico e científico, observou. Hélio Costa (PMDB-MG) concordou, mas



DISCUSSÃO Especialistas debatem com os senadores política para os produtos geneticamente modificados

disse que é necessário proteger a soja convencional.

Para Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), os debatedores deixaram clara a opinião de que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança deve ter competência apenas para fornecer o parecer técnico-científico, e não opinar se um determinado produto deve ou não entrar no mercado. E Sibá Machado (PT-AC) informou que a regulamentação dos transgênicos já está na agenda do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Polêmica

O técnico Luiz Fernando Lima Reis, do Instituto Ludwig de Pesquisa, observou que a soja geneticamente modificada RR – Roundup Ready –, da Monsanto, que foi plantada no Rio Grande do Sul e gerou tanta polêmica, já foi testada e aprovada, o que não ocorre com ou-

tros produtos, que, a seu ver, devem ser estudados um a um. João Capiberibe (PSB-AP) concordou e defendeu o pleno domínio da tecnologia de ponta na área dos transgênicos, principalmente a biossegurança.

O diretor-executivo da Votorantim Ventures, Fernando de Castro Reinach, observou que a biotecnologia é uma revolução que vem ocorrendo em todo o mundo.

Elfíbio Rech, pesquisador da Embrapa, defendeu a urgente aprovação de uma legislação que garanta o desenvolvimento da pesquisa para o aperfeiçoamento dos produtos transgênicos no Brasil. Do contrário, advertiu, o país poderá amargar enorme atraso nessa área, com reflexos negativos para a agricultura. Ele cobrou a destinação de mais recursos para a Embrapa.

Projeto autoriza doação de imóvel em Manaus

Projeto de iniciativa do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que autoriza o governo federal a doar aos atuais ocupantes porções de terreno situado em Manaus e incorporado ao patrimônio da União foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A



Proposta de Jefferson Péres beneficia atuais ocupantes de terreno

essa doação e estabelecendo proposta (PLS 234/03) recebeu uma emenda apresentada pelo relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Jefferson Péres esclarece, na justificativa do seu projeto, que em 1958 foi editada lei autorizando

que parte do terreno seria reservada para a construção de um patronato de menores. Segundo o parlamentar, as doações, entretanto, nunca foram feitas, nem o prédio da instituição construído.

– Essa injustiça já deveria ter sido reparada há mais tempo. Cumpre-me, até mesmo por uma questão de justiça social, tranquilizar as famílias que ocupam essa área do terreno – salienta o parlamentar.

Substituto de Aelton estimula plantio orgânico

O senador Aelton Freitas (PL-MG) registrou sua satisfação com aprovação, pela Câmara, do substitutivo de sua autoria a projeto de lei que regulamenta a agricultura orgânica. A matéria, que será sancionada em breve pelo presidente da República, deverá estimular uma atividade que fornece alimentos saudáveis à população, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente.

– Trata-se de um sistema produtivo que se encaixa de maneira plena no conceito de desenvolvimento sustentável. O que precisávamos era de uma legislação adequada ao setor.

Aelton explicou que sua intenção ao apresentar o substitutivo foi reduzir entraves burocráticos que muitas vezes impedem o agricultor dos pequenos municípios de obter a certificação de seu produto. Conforme o senador, os gastos com viagem para a regularização dos certificados junto aos órgãos federais torna, em muitos casos, a atividade proibitiva.

Aélton Freitas disse que, por meio do substitutivo, ficou estabelecido que o pequeno produtor poderá obter o certificado de seu produto junto às entidades agrícolas existentes em seu próprio município, o que representa estímulo à atividade e à geração de emprego e renda. Apenas o produtor orgânico exportador continuará obrigado a se certificar junto aos órgãos federais.



SOLUÇÃO Aelton esclarece que dispositivo de sua autoria retira entraves burocráticos

CPI sobre exploração de menores ouve deputado estadual

Foi secreto o depoimento prestado ontem pelo deputado estadual maranhense Camilo Figueiredo (PTB) à comissão parlamentar mista de inquérito que apura casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O parlamentar é acusado de abusar de adolescentes na cidade de Codó (MA). As denúncias foram feitas durante audiência pública da CPI realizada em São Luís.

Antes do início da reunião, o deputado expressou seu desejo de prestar todos os esclarecimentos solici-

tados pelos parlamentares, mas pediu a realização de sessão secreta, conforme havia sido combinado para assegurar seu comparecimento. A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), e a relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), destacaram que todos os depoem-

tes que pediram para depor em sigilo foram atendidos.

– Sempre registramos os pedidos de sigilo das pessoas que vêm aqui depor e, independente disso, sempre preservamos o nome das crianças e adolescentes envolvidos – destacou Maria do Rosário.

Senado aprova advocacia para o TCU

João de Araújo



De autoria de Suassuna, a PEC vai agora à Câmara

Proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que cria a Advocacia do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovada ontem pelo Plenário. A PEC nº 39/01 recebeu 66 votos

favoráveis e 1 abstenção.

Originalmente, a PEC propunha a criação da Procuradoria do TCU. No entanto, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou uma emenda de redação, aprovada com 62 votos, que alterou o nome do cargo criado de "procurador" para "advogado". Ele argumentou que as atividades de consultoria jurídica e a representação judicial são próprias de advogados. A matéria agora vai à Câmara.

Cargos

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na reunião de ontem parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto da Câmara (PLC nº 96/2003) que cria 600 cargos de analista de controle externo no Tribunal de Contas da União (TCU) e sete funções de confiança na secretaria do tribunal.

CCJ confirma nome para tribunal militar

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem, por 11 votos favoráveis e um contrário, a indicação do tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

O relator da mensagem da Presidência da República, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), recomendou a aprovação. Se o Plenário confirmar a votação da CCJ, o brigadeiro irá ocupar vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla no tribunal.

O senador Gerson Camata (sem partido-ES) elogiou a dedicação de Lencastre e a escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

João Tenório sugere que exemplo de Teotônio seja seguido pelos políticos

Ao dedicar o seu primeiro pronunciamento da tribuna do Plenário ao ex-senador Teotônio Vilela, o senador João Tenório (PSDB-AL), que assumiu a vaga do senador licenciado Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), sugeriu ontem, à classe política brasileira, que espelhe-se no exemplo do ex-senador e "anistie o Brasil dos grillhões cruéis" do desemprego, que na sua

avaliação é o maior desafio atual.

A opinião de João Tenório é que o país não tratará com seriedade a questão da fome e da inclusão social se não investir no caminho do crescimento da sua economia. Ele acrescentou que para enfrentar as injustiças sociais, mais do que ouvir, doar e falar, é necessário proporcionar segurança aos que produzem e oferecer condições para os que de-

sejam produzir.

– Nosso país está duplamente emparedado: preso a espoliantes taxas de juros acima dos 140% ao usuário final e lacerado por uma insaciável fera tributária que devora cerca de 40% de tudo aquilo que o país efetivamente produz – afirmou.

Em aparte, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou que Teotônio Vilela foi um dos grandes heróis das Diretas Já. Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), Teotônio honrou não apenas o Senado, mas de modo especial toda a classe política.



Hélio Costa anuncia viagem para tentar repatriar brasileiros presos

Parlamentares irão amanhã aos EUA para tentar trazer 922 brasileiros presos por imigração ilegal

Roosevelt Pinheiro



VOLTA Hélio Costa quer uma solução rápida para os imigrantes ilegais

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou que parte amanhã para os Estados Unidos para tentar trazer de volta ao país os 922 brasileiros presos pelo crime de tentar ingressar ilegalmente em solo norte-americano. Alguns estão aguardando há quatro anos uma audiência na Justiça e há 533 brasileiros presos por imigração ilegal que sequer têm data de audiência com o juiz, acrescentou.

Hélio Costa viajará acompa-

nhado do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e dos deputados João Magno (PT-MG) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Os parlamentares visitarão diversas cidades nos estados americanos do Texas e do Arizona, onde está a maior parte dos brasilei-

ros presos.

O representante mineiro informou que, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, 3.691 brasileiros foram detidos, principalmente por portarem vistos de entrada vencidos ou por cruzarem a fronteira ilegalmente. Segundo ele, após os atentados, a chance de se entrar nos Estados Unidos pela fronteira com o México "é zero".

Segundo Hélio Costa, o cônsul-geral norte-americano em Brasília se comprometeu a tentar substituir a audiência na Justiça dos brasileiros presos por um depoimento por escrito, o que permitiria seu retorno ao país.

O parlamentar lembrou que a grande maioria dos presos

são de Minas Gerais. Os brasileiros são convencidos a procurarem uma vida melhor no exterior por agenciadores que os abandonam quando a tentativa de entrada nos Estados Unidos não dá certo. "Há um verdadeiro negócio que precisa ser contido pela Polícia Federal", afirmou.

Volta em grupo

Hélio Costa afirmou ter conversado com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a possibilidade do fretamento de aviões para que os brasileiros voltem em grupo ao país. Ele conclamou os brasileiros que vivem no exterior a voltarem ao Brasil, que vive um momento de grande significado histórico, com as reformas implementadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Eduardo pede financiamento do BNDES para universitários

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) voltou a propor, ontem, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destine recursos ao Fundo de Financiamento ao Ensino Superior (Fies). Os recursos desse fundo são usados pelos estudantes



Eduardo: banco deve ajudar estudantes pobres

para pagar as despesas com o ensino superior privado.

Aproveitando a repercussão dos números de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a educação no Brasil, Eduardo alertou para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes po-

bres para custearem a faculdade. O senador lembrou que o acesso dessas pessoas à universidade pública é raro.

– A melhor forma de reduzir desigualdades sociais, de integrar à sociedade os segmentos mais pobres é exatamente garantindo uma educação de qualidade, que proporcione o acesso de todos aos bens culturais e econômicos – disse o senador.

Ele foi apartado pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que criticaram as prioridades do BNDES, como investimentos em outros países.

Mozarildo critica decisão de esvaziar cidade de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo ao Ministério Público para que reveja sua decisão de evacuar Pacaraima, em Roraima, sob a alegação de que a cidade está construída em terras que pertencem a uma reserva indígena.



Mozarildo: medida contra Pacaraima deve ser revista

Mozarildo disse que com a decisão centenas de índios e não-índios que habitam a cidade, com casas, lojas e toda a infra-estrutura de um centro urbano, serão obrigados a deixar sua vida para trás.

Para o senador, a decisão fere a lógica da necessidade reconhecida de ocupar as terras

fronteiriças do norte do Brasil, para minorar as operações de contrabando de armas e o tráfico de drogas que acontecem nessa região de fronteira com a Venezuela. Seria mais fácil, e lógico, retirar o perímetro urbano da cidade das terras da reserva indígena do que obrigar centenas de pessoas a abandonar suas casas e pertences, disse o senador.

Segundo Mozarildo Cavalcanti, tendo em vista a baixa densidade do povoamento em toda a fronteira norte do Brasil, seria bem melhor para o país manter os habitantes da cidade em suas residências.

REFORMAS

Realizada ontem última sessão de discussão da tributária, em primeiro turno. Proposta retorna agora à CCJ. Grupo de parlamentares e técnicos definiu Fundo de Desenvolvimento Regional, submetido aos líderes

Acordo pode encerrar guerra fiscal em 2004

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o grupo formado por ele, pelo relator da reforma tributária, Romero Jucá (PMDB-RR), e pelos representantes do PSDB e do PFL, senadores Tasso Jereissati (CE) e Rodolpho Tourinho (BA), já definiu que a chamada guerra fiscal termina em 2004, quando será criado o Fundo de Desenvolvimento Regional. Com a medida, serão destinados R\$ 2,2 bilhões para investimento em infra-estrutura nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de Minas Gerais.

Tourinho, no entanto, disse que “o martelo ainda não está batido”, porque falta a aprovação dos líderes. No grupo que definiu a instituição do fundo estão ainda o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Arno Augustin. Os incentivos fiscais aprovados depois de 30 de abril e até a promulgação da emenda que trata do assunto serão examinados caso a caso pelo Senado.

Mercadante explicou ainda que os líderes irão definir a redução dos prazos regimentais para que a reforma tributária seja aprovada até 17 de dezembro. A parte da emenda a ser promulgada ainda este ano inclui medidas como a prorrogação por quatro anos da alíquota de 0,38% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a instituição da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados com equivalente nacional.

O líder governista se comprometeu com o envio, pelo governo, de nova PEC que instituirá cronograma para a redução da CPMF até a alíquota mínima de 0,08%.

ARTHUR VIRGÍLIO



Proposta do PSDB reduz carga tributária

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a PEC elaborada por Tasso Jereissati (PSDB-CE) tem a capacidade de promover uma verdadeira reforma tributária no país.

– A proposta do PSDB, apoiada pelo PFL, visa reduzir a carga tributária progressivamente e com cautela – explicou.

SERYS

Brasileiros têm direito ao desenvolvimento

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu que a reforma tributária seja a mais consensual possível, mas que garanta a possibilidade de os estados potencialmente ricos, mas pobres por razões históricas e políticas, se desenvolverem e garantirem a sobrevivência digna de seus cidadãos.



DEMOSTENES



Regiões não podem perder investimentos

“É inaceitável que as regiões percam investimentos já feitos e é inacreditável que quem quer crescer tenha de dispensar projetos em andamento”, declarou Demostenes Torres (PFL-GO) ao posicionar-se contra proposta de impedir que estados ofereçam incentivos fiscais para atrair empresas.

ANA JÚLIA

Há excesso de incentivo fiscal pelos estados

Durante a discussão da reforma tributária, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a progressividade da cobrança de impostos, ressaltando que atualmente os pobres são os que mais pagam impostos no Brasil, e criticou o excesso de incentivos fiscais concedidos pelos estados.



MÃO SANTA



Executivo vai tornar Nordeste mais pobre

“Isso não é reforma, é aumento de caixa”, exclamou o senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele afirmou que a proposta enviada pelo Poder Executivo vai tornar o Nordeste mais pobre, e rebateu críticas à guerra fiscal, destacando que a concessão de incentivos desenvolve a economia e gera emprego.

TOURINHO

Texto original saiu ainda pior da Câmara



O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu voto em separado por ele apresentado em substituição à proposta que trata da reforma tributária. Segundo ele, sua proposição, além de resolver questões cruciais

para o governo federal – que são a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) –, contempla também os estados.

De acordo com Touri-

nho, a reforma encaminhada pelo Executivo era “muito ruim” e foi piorada na Câmara. Ele explicou que, em sua proposta, apenas em uma segunda fase seriam tratados temas como as alíquotas do ICMS.

LÚCIA VÂNIA



Perdas para o Centro-Oeste serão enormes

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para o risco de a reforma tributária gerar enormes perdas para a Região Centro-Oeste, caso não seja aprovada a discussão sobre o proposto do governo. Para ela, a fusão com as mudanças sugeridas pelo PSDB e PFL levará a avanços.

GARIBALDI ALVES

Apoio para estado produtor de petróleo

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou emenda para criar compensação financeira para estados produtores de petróleo e de energia elétrica que hoje são, na sua opinião, discriminados pela não cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na origem.



DUCIOMAR COSTA



Trabalhadores devem receber 1% do ICMS

Em pronunciamento ontem, Duciomar Costa (PTB-PA) informou que apresentou emenda à reforma tributária determinando que 1% da arrecadação com o ICMS seja distribuído aos trabalhadores. Para ele, a medida tem “elevado alcance social”, pelo que pediu sua aprovação.

MAGUITO VILELA

Falta de verbas tem esmagado os municípios

Embora a proposta do Executivo não seja a ideal, observou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), é melhor aprovar um projeto possível do que deixar inalterada a atual situação, em que os municípios estão sendo esmagados por falta de verbas e o desemprego cresce no país inteiro.



LEONEL PAVAN



Voto contra se medida onerar empresário

Leonel Pavan (PSDB-SC) advertiu que não votará a favor da reforma tributária, caso a proposta onere ainda mais os pequenos empresários e os prestadores de serviço. Pavan afirmou que faltou humildade do governo na votação da Previdência, mas observou que agora o governo está mais aberto.

Ato no Congresso intensifica luta contra pirataria

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem de solenidade realizada no Salão Nobre que instituiu a data de 3 de dezembro como Dia Nacional de Combate à Pirataria. O evento contou com as presenças do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, do ministro da Cultura, Gilberto Gil, e do 1º secre-

tário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). Ainda compareceram artistas, como Preta Gil, Filipe Dylon e Rick e Renner, além de representantes de associações de defesa dos direitos autorais.

Sarney inseriu em seu pronunciamento uma nota de humor, dizendo que estava ali também para defender "o disco de ouro recebido

pela dupla João e José" (seu prenome e o do presidente da Câmara). O senador elogiou o trabalho da CPI da Pirataria, da Câmara, e considerou a destruição – em frente ao prédio do Congresso – de milhares de CDs apreendidos – um símbolo da disposição dos parlamentares de combatê-la.

– Estamos aqui reunidos por uma

boa causa. O Congresso Nacional deu resposta rápida a esse assunto, cumprindo seu dever em defesa da propriedade intelectual, e esperamos que essa campanha continue engajando a todos, para que o Brasil fique livre da pirataria, principalmente agora que se aproxima o Natal e aumentam as vendas de discos – afirmou Sarney.



CAMPANHA Sarney (D), João Paulo e Gil exibem camiseta alusiva ao movimento

Senado aprova nova base de cálculo do ISS

O Plenário aprovou ontem o substitutivo do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), ao projeto de lei complementar da Câmara que atualiza a base de cobrança do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN) e inclui novas atividades, decorrentes do avanço tecnológico. A base vigente é de 1968 e, segundo o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), torna-se necessária a adaptação da lei à nova realidade do país. Foi concedido ao relator prazo de 24 horas para examinar duas emendas apresentadas à proposição.

A primeira dessas emendas, dos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), reinstituí a alíquota fixa de ISS para profissionais liberais, em vez da alíquota variável de 2% a 5% sobre o valor do serviço, como estabelecia o texto original do projeto. A outra, do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), isenta do ISS a construção e incorporação imobiliária pelo mesmo empresário – nesse caso, cobra-se apenas o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

O adiamento da decisão sobre as emendas foi concedido pelo presidente José Sarney a pedido de Aloizio Mercadante, porque havia discordância do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), em relação aos termos do acordo em torno da matéria.

Ficou acertado que o relator Romero Jucá acataria a emenda de Tasso e Bornhausen e, em troca, rejeitaria a de Fernando Bezerra. Renan Calheiros disse que seu partido, que é o maior do Senado e tem 13 ex-governadores e um ex-presidente da República, não participou do entendimento.

Mudança na PEC paralela beneficia os funcionários

■ Proposta fixa em 20 anos tempo mínimo na administração pública para servidor ter o direito à paridade

Depois de mais um dia de negociações entre líderes partidários e sindicalistas, a emenda paralela da Previdência recebeu, ontem, uma mudança que beneficia os atuais servidores públicos. O governo concordou em reduzir de 25 para 20 anos o tempo mínimo de serviço público para que os atuais funcionários recebam, quando se aposentarem, paridade integral – mesmo reajuste dos servidores da ativa.

A novidade faz parte do texto que o relator da reforma da Previdência e da proposta paralela, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou em reunião de líderes partidários, pela manhã. Os partidos de oposição só não concordaram com a não isenção de cobrança a aposentados com mais de 75 anos e a reda-



AVANÇO Texto apresentado aos líderes pelo relator, Tião Viana (E), inclui regras sobre transição, que Paulo Paim considera exigentes demais

ção dada ao artigo que cria uma fase de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadorias.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que a redação sobre a transição está bem diferente da emenda sobre o assunto apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

– A paridade nos atende, mas a transição é exigente demais e, no final, dificilmente alguém irá usufruí-la. Raramente uma pessoa trabalha desde os 18 anos no serviço público – ponderou Paulo Paim.



Os líderes chegaram a um acordo sobre o subteto: a emenda dá 60 dias para que governadores com salário mais baixo enviem projetos às assembleias fixando o "salário de referência" para os seus servidores.

Os líderes voltam a se reunir na manhã de hoje para tratar da emenda paralela. Também pela manhã a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir as emendas apresentadas ao primeiro texto dessa proposta de iniciativa do relator.

Falta acordo para apressar a votação

Na reunião em que estava prevista a assinatura do acordo de líderes para tramitação acelerada da proposta paralela, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), em nome também do PSDB e do PDT, comunicou que os senadores da oposição só apóiam o acordo se for incluída a isenção da contribuição, até o limite de R\$ 4,8 mil, para aposentados com mais de 75 anos.

Porém, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que em nenhum momento das negociações



CONDIÇÃO Agripino defende isenção para os aposentados com mais de 75 anos

acerca da emenda paralela foi discutida aquela isenção e que, além do entendimento para fi-

nar os subtetos das aposentadorias nos estados, o governo não tem mais o que ceder na PEC paralela.

– Isso não foi negociado, nem foi colocado como condicionante à PEC paralela – afirmou o líder do governo.

Agripino informou que os partidos de oposição estariam esperando uma resposta do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, sobre a possibilidade de isentar os maiores de 75 anos. Mas, pelo entendimento de Mercadante, isso não será possível.

Virgílio critica recusa em isentar idosos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), mencionou, em discurso no Plenário, um episódio que pode se constituir em obstáculo na busca de consenso sobre a reforma da Previdência. Trata-se da recusa do governo em aceitar a proposta de entidades dos servidores públicos de isentar trabalhadores com mais de 75 anos da contribuição dos inativos.

O pleito do funcionalismo público foi encaminhado pelo líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), e a negativa do Poder Executivo levou Arthur Virgílio a identificar "uma crueldade mais generalizada" no tratamento dispensado aos idosos pelo ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini.

– Quero que minha tia Lindalva Cruz, de 95 anos, saiba que ele (Berzoini) também não simpatiza com pessoas de 75 anos em diante – comentou o parlamentar.

Para o líder tucano, essa era a hora de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizar um gesto do ministro Ricardo Berzoini em prol dos idosos, mesmo que com algum prejuízo à implantação dos projetos do governo. Conforme sustentou, a implementação da medida teria um "impacto mínimo" sobre as contas públicas.



RESISTÊNCIA Para Virgílio, negativa do governo é uma "crueldade mais generalizada"

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Luiz Otávio e pela senadora Serys Slhessarenko